

LEI Nº 2331, DE 24 DE MAIO DE 2013.

ALTERA A LEI MUNICIPAL 2.300, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a presente Lei:

- Art. 1° O art. 1° da Lei 2.300, de 01 de novembro de 2012, passa a ter a seguinte redação:
- "Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Nova Lima, autorizada a contratar uma empresa operadora de Plano de Saúde para prestação de serviços médicos de diagnóstico, terapêutico e hospitalares, sob as seguintes condições:
- I Abrangência para atendimento ao usuário do plano de saúde a nível regional;
- II-Em caso de urgência e emergência, que o atendimento seja prestado em nivel nacional:
 - III Tipo de contratação:
 - a) Empresarial;
 - b) Co-participativo, em se tratando de funcionário não efetivo;
 - c) Adesão espontânea dos beneficiários;
 - d) Acomodação hospitalar coletiva ou individual.
 - IV Atendimento às coberturas previstas na Lei nº 9.656/98;
- V-Contrato regulamentado e com registro obrigatório na Agência Nacional de Saúde;
- VI Atendimento médico realizado no consultório médico escolhido dentre os médicos credenciados:
 - VII Cobertura Ambulatorial:

y



Atendimento realizado em consultório ou ambulatório, compreendendo os procedimentos constantes no rol — Instrução Normativa nº 82/2004 e Resolução Normativa nº 167/2007 da ANS e suas atualizações. Observando-se:

- a) Consultas médicas com médicos cooperados, inclusive em clínicas especializadas;
- b) Serviço de apoio diagnóstico e procedimentos cirúrgicos ambulatoriais indicados pelo médico credenciado, inclusive em ambiente hospitalar;
- c) Procedimentos especiais: hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, hemoterapia, cirurgias oftalmológicas ambulatoriais.

VIII - Cobertura Hospitalar:

- a) Internação em unidade hospitalar sem limitação de prazo, valor e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;
- b) Internação em Unidade de Terapia Intensiva ou similar, sem limitação de prazo, valor e quantidade, a critério do médico assistente;
- c) Honorários médicos, serviços de enfermagem e alimentação;
- d) Exames complementares, fornecimento de medicamentos, anestésicos, transfusões, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição médica;
- e) Serviços de enfermagem;
- f) Realização de cirurgias: plástica reparadora e buco-maxilo-facial que necessite internação hospitalar;
- g) Órtese e prótese;
- h) Procedimentos relativos ao pré-natal e assistência ao parto;
- i) Assistência ao recém-nato durante os trinta dias após o parto;
- j) Cirurgia plástica reparadora da mama decorrente de mutilação para tratamento de câncer;
- k) Transplante de córnea e rim;
- Tratamento em regime de hospital-dia para portadores de transtorno psiquiátrico em situação de crise".

Art. 2° - O art. 2° da Lei 2.300, de 01 de novembro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - A Câmara Municipal de Nova Lima arcará com o valor total de mensalidade do beneficio titular, somente para os servidores efetivos, e com 70% do valor da mensalidade para os demais servidores não podendo ultrapassar o limite de R\$ 300,00 (trezentos reais).

2



- § 1° O valor constante no caput do art. 2° será automaticamente reajustado com base no percentual de aumento salarial dado, a qualquer tempo, aos servidores da Câmara Municipal de Nova Lima.
 - § 2° Consideram-se beneficiários titulares do plano de saúde:
 - a) Os servidores da Câmara Municipal de Nova Lima investidos em cargos de provimento efetivo, comissionado, estabilizados e os inativos".
- Art. 3° Ficam mantidos os demais dispositivos da Lei 2.300, de 01 de novembro de 2012.
- Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Lima, 24 de maio de 2013.

Cássio Magnani Júnior PREFEITO MUNICIPAL